

----- **ACTA N.º 5/2007** -----

-----Aos dezasseis dias do mês de Novembro de dois mil e sete, pelas catorze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Celorico da Beira, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria Margarida Cabral Lucas de Almeida Barros Moura, estando presentes os seguintes membros:-----

-----Carlos Jorge Ramalho;-----

-----Albino Freire Bárbara;-----

-----Manuel António de Almeida Portugal;-----

-----Cláudia Maria Geraldês Aguiar;-----

-----António Rego Rodrigues Veloso;-----

-----Maria Silvina Achando da Cruz Santos;-----

-----Júlio dos Santos Ambrósio;-----

-----Carlos Abel Gonçalves da Silva Patrocínio, Presidente da Junta de Freguesia de Açôres;-----

-----Amândio Joaquim Nunes Terras, Secretário da Junta de Freguesia de Cadafaz, em substituição do Senhor Manuel Naves;-----

-----Manuel Martins da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro;-----

-----José Albano Ferreira Paulino, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----

-----Paulo Sérgio Silva Mimoso, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira;-----

-----José Pedro Gonçalves Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----

-----João da Silva Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Mesquitela;-----

-----Paulo Jorge Malta Amaro, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----

-----Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; -----

-----Augusto Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Rapa; -----

-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira;

-----José Flor de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Santa de Maria; -----

-----António Carlos Neves dos Santos, Secretário da Junta de Freguesia de São Pedro em substituição do Senhor Luís Filipe Ramalho da Costa Cardoso;-----

-----Alexandrino Manuel Pereira Ferreira da Silva e Faria, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----

-----José da Silva do Adro, Presidente da Junta de Freguesia de Vide-Entre-Vinhas;-----

-----César Ferrinho de Olival, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Mondego. -----

-----Faltaram a esta sessão os seguintes membros: -----

-----José Albano Pereira Marques; -----

-----Hélder António da Costa Gomes; -----

-----Fernando Fonseca Veiga; -----

-----Luís Carlos Fernandes Santos; -----

-----Manuel João Inácio;-----

-----Gonçalo Manuel Rainho Camacho;-----

-----Manuel António Simão; -----

-----Luís Manuel do Nascimento Saraiva; -----

-----Horácio Monteiro Antunes;-----

-----José António Ramos da Costa; -----

-----Pedro Herlander Albuquerque José; -----

-----José Carlos Oliveira Morgado; -----

-----Nuno Miguel Rodrigues Nascimento; -----

-----António Manuel dos Reis Álvaro;-----

-----Jorge José de Sousa Coelho;-----
-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal;-----
-----João Filipe Ventura de Almeida Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana;-----
-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Cortiço da Serra;-----
-----Agostinho Augusto dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro;-----
-----Luís Filipe da Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Salgueirais;-----
-----Carlos José Osório Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Velosa.-----

-----Em virtude do primeiro e segundo Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Deputados António Manuel dos Reis Álvaro e Luís Manuel do Nascimento Saraiva terem faltado a esta sessão, a Assembleia Municipal, nos termos do n.º.4 do artigo 46º da Lei n.º. 169/99 de 18 de Setembro, elegeu para integrarem a mesa os Senhores Deputados Maria Silvina Achando da Cruz Santos e Carlos Jorge Ramalho.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia, secretariada pelos Senhores Deputados Maria Silvina Achando da Cruz Santos e Carlos Jorge Ramalho, na qualidade de primeiro e segundo secretários respectivamente, declarou aberta a sessão.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do número um, do artigo vinte e um, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”.-----

-----O Senhor Júlio Santos cumprimentou os presentes e referiu que a sua presença neste local, se devia à leitura feita à Ordem do Dia desta Assembleia Municipal. Disse que este Executivo, representa o concelho de Celorico da Beira e a conclusão que tirou foi que aquilo que o Executivo tinha prometido há um ano ao povo celoricense, não se estava a verificar, muito pelo contrário, estava a exceder a confiança que esse mesmo povo tinha depositado no Executivo. Ao terem dado o seu voto, acreditaram que a mudança seria boa, mas hoje em dia sentem-se defraudados.-----

-----Disse que este concelho está a necessitar de uma visão estratégica, visão essa, que nos últimos tempos se perdeu. Continuou dizendo que o lançamento da derrama é uma forma de dizer aos empresários que “se vão embora que não os queremos cá” e isto significa abandonar o desenvolvimento deste concelho; o lançamento do IMI é uma forma de fazer parar a construção. Continuou a dizer que vai acompanhar o desenvolvimento deste concelho, porque, é natural desta terra e custa-lhe ver o que o Executivo está a fazer em prol dela. Relativamente às outras medidas tomadas por este Executivo, o povo, daqui a dois anos, dar-lhe-à a resposta. -----

-----Continuou a sua intervenção dizendo que nos últimos seis anos, este concelho perdeu 800 eleitores e considera que “é quase uma debandada”. -

-----Referindo-se ao protocolo que consta na Ordem do Dia, disse que é um erro ter a Empresa Municipal, o Lagar Municipal e o Solar do Queijo, sem gerar receitas. Criava-se assim uma boa oportunidade para a Empresa Municipal administrar a Pousada. O equipamento da Pousada foi financiado a 95% pelos fundos comunitários FEDER e com base nos termos deste protocolo, o que se verifica é que tudo isto está a ser oferecido ao INATEL.-

-----E o Senhor Júlio Santos deixa várias perguntas no ar:-----

-----“Porque é que a Empresa Municipal não gere esta Pousada?-----

-----Não há falta de emprego nesta terra? -----

-----A Empresa Municipal não podia ir buscar mão-de-obra às escolas de Turismo?” -----

-----Continuou dizendo que conhece equipamentos destes, que são geridos por franchising, com contrapartidas para o franchisador. -----

-----E novamente voltou a questionar:-----

-----“O que é feito do hotel termal?”-----

-----Relativamente a este assunto, disse que a Câmara tinha comprado um terreno com cerca de 20 hectares, localizado na recta das termas de Santo António e que estava projectado para ser um campo de golfe. -----

-----Sobre o parque industrial, que ocupa uma área de 60 hectares e cuja localização é das melhores, já há seis anos que se encontra parado. Pergunta se há ou não projecto para ele. -----

-----Continuou dizendo que quando saiu desta Câmara havia 500 mil contos, destinados ao investimento nesse parque e presentemente está na hora da Câmara começar a investir nele ou comprando terrenos para um novo parque industrial. Nessa altura havia 30 inscrições, o que era um número considerável de empresas interessadas em instalar-se neste concelho. -----

-----Perguntou o que era feito do Protocolo entre a Câmara Municipal e o Ministério do Ambiente para o lançamento de concurso de uma barragem em Prados destinada a abastecer os concelhos de Celorico da Beira e Fornos de Algodres. -----

-----E pergunta o que é que este executivo tem feito em prol desta terra.--

-----Disse que os deputados ao permitirem que o executivo tenha este tipo de actuação, estão também a pactuar com eles. O executivo que foi eleito por quatro anos nada tem feito, estão a desbaratar o futuro e a darem tudo de mão beijada, tal como o anterior executivo fez, que desbaratou o que havia. -----

-----O Senhor Fernando Figueiredo, cumprimentou todos os presentes e disse que era a título pessoal e enquanto dirigente da concelhia do PSD que analisou a ordem de trabalhos desta reunião. Ficou perplexo quanto ao conteúdo que consta no último parágrafo do protocolo de intenções firmado

com o INATEL tendo lido a Cláusula 8ª (Prazo de cedência e demais condições). -----

-----Quanto à aquisição de serviços de um ROC pergunta se são necessários esses serviços e se a Câmara não tem estruturas suficientes para poder fazer o trabalho. Analisando o contrato com o ROC fez referência à cláusula 6ª. Perguntou ainda a quem serão cobrados os direitos de passagem. Sobre o IMT considera-o positivo e acha bem tudo o que seja feito para ajudar os jovens. -----

-----Louva o roteiro do borrego, mas gostaria de saber se o resultado final tinha sido positivo e no seu entender, esse resultado deveria ser apresentado publicamente.-----

-----O Senhor **Deputado Carlos Ramalho** solicitou uns momentos de silêncio em homenagem ao nosso conterrâneo, Sacadura Cabral pela passagem de mais um aniversário da sua morte.-----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** demonstrou o seu descontentamento relativamente à hora marcada para a realização desta Sessão e quer, sempre que possível, que o horário das vinte horas e trinta minutos seja respeitado. Pede também que quando se verificar a alteração do horário das sessões, seja avisada por E-mail.-----

-----A Senhora **Presidente da Assembleia** esclareceu que havia sido o Executivo a solicitar esse horário porque os assuntos desta ordem de trabalhos tinham um carácter de urgência com prazos para serem cumpridos.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----I - **BENEFÍCIOS RELATIVOS À INTERIORIDADE - ISENÇÃO DE IMT**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe foi presente uma proposta da Câmara Municipal e que fica apensa a esta acta (**anexo I**), informando que na reunião ordinária realizada a sete de Novembro do corrente ano, foi deliberado propor à Assembleia Municipal a isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), as aquisições constantes do nº.3 do artigo 39º-B dos Estatutos dos Benefícios Fiscais.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** mostrou-se satisfeito com as intervenções feitas que todas lhe merecem respeito. Mas é essa a política que fazem, o Executivo preocupa-se com os jovens, com os empresários e presentemente o que pretendem é que se fixem no Concelho. Este Executivo está aberto ao diálogo. A medida já foi posta em prática noutros concelhos, neste, irão tomá-la agora para benefício de todos.-----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal** referiu que a portaria que rege a isenção de IMT é de 2001 e este Executivo está agora a pô-la em prática. Em sua opinião, porque este processo é burocrático e bastante moroso a Assembleia Municipal deveria tomar a iniciativa de forma a autorizar a referida isenção, sem que os novos pedidos tenham que voltar a ser presentes a reunião da Assembleia Municipal.-----

-----O Senhor **Deputado Jorge Ramalho** subscreveu as palavras do Senhor Deputado Paulo Amaro.-----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** disse que a atitude tomada pelo Executivo é de louvar e de apoiar.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que concorda com o que foi dito e, caso a lei o permita, todos os pedidos de isenção do imposto municipal passam a ter efeitos imediatos após a aprovação por esta Assembleia Municipal.-----

-----**A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal. Mais foi deliberado isentar do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), as aquisições constantes do nº.3 do artigo 39º-B dos Estatutos dos Benefícios Fiscais. A presente deliberação tem aplicação imediata.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**II - LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO DE 2008**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe foi presente uma proposta da Câmara Municipal e que fica apensa a esta acta (**anexo II**), informando que na reunião ordinária realizada a sete de Novembro do corrente ano, foi deliberado propor à Assembleia Municipal o lançamento de 0% de derrama, para o ano de 2008.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a decisão de não lançarem a derrama a fim de não prejudicarem as pessoas que pretendem investir e instalar-se no concelho, foi tomada por consenso do Executivo. A lei permite que seja aplicada uma taxa 0% e assim foi deliberado nesse sentido. Apelou aos Deputados Municipais que votassem em consciência. Se achassem que a aplicação desta taxa, iria prejudicar o concelho, então que votassem contra, porque todos temos esse direito e devemos fazer pleno uso dele.-----

-----**A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**III - APROVAÇÃO DAS TAXAS DE IMI PARA O ANO DE 2008**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal e que fica apensa a esta acta (**anexo III**), informando que

na reunião ordinária realizada a sete de Novembro do corrente ano, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, que se aplicasse nos termos do artigo 112º do CIMI, estabelecer uma taxa de 0,8% para prédios rústicos; de 0,7% para prédios urbanos e de 0,4% para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, para o ano de 2008.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que Celorico da Beira não é o único concelho a aplicar as taxas do IMI. Há muitos a aplicarem até mesmo a taxa máxima. Se este concelho estivesse a passar por melhores dias teriam ponderado, mas assim, vão manter o mesmo tipo de taxas que aplicaram no ano anterior. Louva a atitude tomada por este Executivo e espera que a diferença de taxas, entre este Município e as que são aplicadas nos outros municípios vizinhos, tragam mais pessoas para este Concelho. -----

-----O Senhor **Deputado Carlos Ramalho** refere que este assunto é polémico. Quanto aos dois pontos anteriores disse que são de louvar, pois vão no sentido de captar jovens e investidores para o concelho, mas é no IMI que agora reside o reverso da medalha. De um ano para o outro este imposto quase duplicou, os salários não acompanharam a inflação e por isso, propõe que os valores sejam revistos pela taxa mínima. -----

-----O Senhor **Deputado Manuel Portugal** disse que há uns anos votou a taxa máxima, porque pensava que assim os proprietários dos imóveis degradados da zona histórica, os reparassem, com o intuito de os valorizar, mas apercebeu-se que esse voto os prejudicou e penalizou muito. As casas continuam esquecidas mas, com certeza, que também não é pelo IMI que se alcançará o pretendido. O Executivo está a recuperar o castelo mas o que se depara em seu redor, são as casas degradadas. Pede ao Executivo que encete medidas para pressionarem os donos dos imóveis a fazerem benfeitorias de modo a valorizarem a zona histórica. É certo que a situação

económica dos munícipes não é boa, têm que sobreviver com o ordenado mínimo e porque estes encargos pesam no orçamento familiar, pede ao Executivo que pense numa proposta que vá de encontro ao querer dos munícipes sugerindo a redução de 1%, com base na taxa aplicada no ano anterior.-----

-----O Senhor **Deputado Paulo Amaro** referiu que a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Manuel Portugal é pertinente.-----

-----Apontou para outra medida a tomar, esta, relativamente aos prédios rústicos, no sentido que fosse feito um levantamento das áreas florestais junto às freguesias de modo a obrigarem os proprietários a fazerem a limpeza dessas áreas. Pede também que nesses casos a taxa seja majorada. -----

-----Acha que as taxas aprovadas pelo Executivo devem ser mantidas, uma vez que este entendeu não aplicar a Derrama e o IMT, por isso, manter o IMI não lhe parece uma proposta despropositada. -----

-----O Senhor **Deputado Manuel Portugal** alerta o Executivo para que se faça um modelo de reflorestação a aplicar em todo o concelho de Celorico da Beira.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** subscreve o que o Senhor Deputado Paulo Amaro disse e explica que ao retirarem receitas do IMI é debilitar financeiramente ainda mais este Concelho, é retirar receitas que são necessárias para poderem governar. -----

-----**A Assembleia deliberou, por maioria com sete votos contra, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**IV - APROVAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2008**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal e que fica apensa a esta acta (**anexo IV**) informando que na reunião ordinária realizada a sete de Novembro do corrente ano, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, que se aplicasse nos termos da Lei nº.5/2004 de 10 de Fevereiro a taxa percentual de 0,25% para o ano de 2008. -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** refere que esta taxa não dá lucro aos cofres da Autarquia, tal como constata. O direito de passagem é cobrado pela empresa que depois devolve esse valor ao município por onde passa, e assim, por entender que se trata de uma verba tão irrisória, sugere que a mesma seja atribuída a uma Associação da qual todos nós precisamos que é a Associação dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira, recomendou ainda que esta rubrica seja inserida no Orçamento de 2008. -----

-----Disse ainda que o Regimento da Assembleia deveria ser rectificado porque as intervenções feitas pelo público devem ser no fim de cada Sessão da Assembleia. -----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** disse que o público tem direito a manifestar-se e julga que ele terá que estar em 1º lugar. -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse não ter posto em causa a intervenção do público, todas as intervenções são úteis, mas sendo em 1º lugar condicionam a intervenção nos trabalhos da Assembleia e hoje isso está a acontecer aqui. Em 95% dos casos, o público interfere no fim dos trabalhos. São intervenções intencionalmente políticas. -----

-----Disse que não aceita lições de moral de ninguém e não precisa de ninguém para o alertar.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que concorda com a proposta apresentada e vai ter isso em conta no orçamento. Informou que este documento está em fase de elaboração para o qual solicitou a todos os presentes o seu contributo e participação.-----

-----No caso da taxa de Direitos de Passagem, deu o exemplo da TV Cabo que atravessa este concelho e não temos acesso a esse serviço. Isto é um princípio que obriga a que as empresas que atravessam este município paguem uma taxa. O exemplo da EDP que paga aluguer trimestral à autarquia.-----

-----O Senhor **Deputado António Veloso** ausentou-se da Sessão desta Assembleia eram dezasseis horas e cinco minutos.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**V - PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O INATEL E A CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA - CENTRO DE FÉRIAS DE LINHARES DA BEIRA**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente o documento da Câmara Municipal e que fica apensa a esta acta (**anexo V**), informando que entre o INATEL e a Câmara Municipal foi assinado um protocolo de intenções com vista à criação e dinamização de um centro de férias nos solares Brandão de Melo e Corte Real localizados em Linhares da Beira, no âmbito do aproveitamento das potencialidades dos recursos naturais, paisagísticos, turísticos e culturais do concelho de Celorico da Beira.-----

-----Sobre o assunto em epígrafe o Senhor **Presidente da Câmara** disse que durante todos estes anos nada foi feito pela Pousada. Foram investidos

6 milhões de euros e fechou-se a porta o que contribuiu para a deterioração dos equipamentos e do edifício. Se tivesse havido uma parceria de exploração, talvez não tivesse acontecido isto. O 1º protocolo foi celebrado em 1998, seguidamente no ano de 2001 entre a Câmara e a ENATUR foi assinado o contrato-programa que a ENATUR não assumiu, porque os trabalhos não foram cumpridos. Mais tarde houve a preocupação de deliberar, abrir o ajuste directo para a decoração da Pousada no montante de 275 mil euros. Como a Câmara não tinha dinheiro para fazer face a tal investimento candidatou-se a um programa do Instituto de Turismo de Portugal para mobilar e equipar a Pousada.-----

-----Para este Executivo, o Turismo também é um objectivo, porque traz desenvolvimento para o concelho. Foi feito outro contrato para acabaram de adquirir o restante equipamento para a cozinha e lavandaria. Este Executivo já liquidou este equipamento e pagou o que o anterior Executivo adquiriu. Esse programa não era a fundo perdido e tiveram que reembolsar 65% do seu valor. Disse que tinham recepcionado um ofício do Grupo Pestana Pousadas mostrando desinteresse pelo processo da Pousada de Linhares, uma vez que tinham estado muito tempo à espera de resposta desta Câmara. O protocolo com o Grupo Pestana foi em Fevereiro de 2001. Reuniram com este Grupo para tentarem arranjar uma solução e reuniram também com o Instituto de Turismo.-----

-----O Inatel tem parcerias com alguns concelhos limítrofes em centros de férias com uma ocupação a 100% e uma das inovações a introduzir é a internacionalização do parapente já no ano de 2008. Foi a melhor resolução encontrada para a Pousada, o investimento é da parte do Inatel. O pessoal a contratar também será motivo de apreciação por parte deste Executivo.---

-----Sobre o hotel termal disse que também comunga da mesma ideia mas nunca viu nada acerca desse assunto. Houve a aquisição de um terreno mas ainda não há projecto do hotel. O assunto está em estudo, mas há que ter em conta, a situação financeira desta Autarquia. -----

-----Para podermos ter um novo Parque Industrial, além do terreno as infra-estruturas também terão que ser feitas e este Executivo não tem capacidade económica para tal. -----

-----A primeira penhora que aconteceu quando este Executivo tomou posse foi o projecto do Abastecimento de Água a Celorico da Beira, já havia um protocolo com as Águas do Zêzere e Côa que são obrigados a cumprir. O projecto é válido e tem credibilidade, mas têm que ir buscar o financiamento ao QREN para o investimento primário da rede de abastecimento em baixa. -----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira** referiu que a abertura da Pousada é muito importante para o desenvolvimento da região. Sobre o recrutamento do pessoal disse que há cargos que não estão ao alcance da mão-de-obra local mas há outros que poderiam privilegiar as pessoas da terra. O abastecimento de água para a pousada é um problema que ainda não está resolvido e antes da entrada em funcionamento ele agradecia que esse abastecimento fosse acautelado. -----

-----O Senhor **Deputado Carlos Ramalho** congratulou-se com as diligências que o Executivo fez na condução deste processo, mas a documentação que lhe foi enviada, referente a este assunto é muito ambígua. O documento é lacónico e pode trazer graves consequências para esta Câmara, por esse motivo e sem pôr em causa a confiança no Executivo, vai abster-se. -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** pergunta quando será o próximo encontro e para quando está prevista a assinatura do protocolo. ----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal** disse que o Senhor Presidente da Câmara fez uma resenha política sobre o historial da Pousada e também está de acordo que é necessária a sua abertura,

mas considera que o Executivo deveria enviar na próxima reunião de Dezembro o protocolo definitivo. Concorda com o que foi exposto pelo Senhor Deputado Carlos Ramalho e por isso também se abstém.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** elogiou a forma como o Senhor Presidente da Câmara apresentou este assunto e disse que nenhum protocolo deve ser assinado pelo Executivo sem ser presente a esta Assembleia e como o tempo urge, eis porque este protocolo de intenções está presente nesta Sessão. O Inatel teria que ter um documento onde constariam todos os bens e por isso deram início a essa tarefa. O protocolo inicial dava a concessão de exploração à Enatur (ano de 2004), mas o Executivo de então não soube salvaguardar os interesses da Autarquia.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções, aprovar o protocolo de intenções entre o INATEL e a Câmara Municipal.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**VI - NOMEAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente o documento da Câmara Municipal e que fica apensa a esta acta (**anexo VI**), informando que nos termos do n.º 2 do art.º 48 da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, foi proposto adquirir os serviços de ROC.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que o art.º 48 da Lei das Finanças Locais obriga as autarquias a contratarem os serviços de um revisor oficial de contas, mas se não fosse obrigatório por lei, ele faria com que isso acontecesse. Se no passado tivesse sido obrigatório adquirirem os serviços de um ROC, hoje não haveria este estado de coisas nesta Câmara. -----

-----Desde o início deste ano que o ROC deveria ter entrado ao serviço desta Câmara mas não o nomearam para pouparem dinheiro aos contribuintes e é o mesmo profissional que trabalha para a empresa EMCEL. A Autarquia está no limiar de cair novamente na “mancha negra”. Esta Câmara, presentemente já não consta das primeiras páginas dos jornais. O investimento está a surgir neste concelho e as candidaturas feitas pela autarquia estão a ser postas em prática. Cerca de 60% dos 11 milhões de investimento está posicionado na área do turismo.-----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal** perguntou qual o critério seguido, se foi o do mais baixo preço. Há um parecer, que sugere que seja o mesmo Oficial de Contas para a Empresa e para a Câmara, mas ao ter sido feito o concurso para a aquisição dos serviços de ROC, havia que ter sido feito um só contrato porque evitaria assim que esse valor fosse acrescido. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com seis abstenções, aprovar a aquisição pela Câmara Municipal, dos serviços de ROC a Marques Almeida, S. Tavares, J. Nunes & V. Simões, SROC. -**

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Esgotada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a Sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, às dezassete horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.